

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2017

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 8.938.720,23 € de despesa paga e um total de 9.127.079,11 € de receita cobrada, incluindo um saldo de gerência anterior de 129.977,35 €), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 49.030.889,24 € e um total de fundos próprios de 17.243.774,29 €, incluindo um resultado líquido de 984.484,24 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 17	Grau Exec. Orç Dez 16
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	3 636 929,28	3 619 749,30	17 179,98	99,53%	3 593 700,11	43 229,17	98,81%	97,95%
2	Aquisição de bens e serviços	6 220 166,27	5 716 694,90	503 471,37	91,91%	2 384 222,65	3 835 943,62	38,33%	42,94%
3	Juros e outros encargos	1 933 290,00	1 877 081,07	56 208,93	97,09%	133 580,78	1 799 709,22	6,91%	12,48%
4	Transferências correntes	579 878,00	540 137,26	39 740,74	93,15%	475 673,09	104 204,91	82,03%	76,00%
5	Subsídios	26 010,00	25 000,00	1 010,00	96,12%	25 000,00	1 010,00	96,12%	0,00%
6	Outras despesas correntes	213 656,92	201 653,06	12 003,86	94,38%	96 433,67	117 223,25	45,13%	65,20%
	DESPESAS CORRENTES	12 609 930,47	11 980 315,59	629 614,88	95,01%	6 708 610,30	5 901 320,17	53,20%	56,07%
7	Aquisição de bens de capital	8 324 119,46	6 189 965,91	2 134 153,55	74,36%	1 148 065,53	7 176 053,93	13,79%	15,46%
8	Transferências de capital	270 773,00	254 837,19	15 935,81	94,11%	177 592,61	93 180,39	65,59%	25,92%
9	Activos financeiros	64 700,00	64 600,00	100,00	99,85%	64 600,00	100,00	99,85%	100,00%
10	Passivos financeiros	3 060 177,00	2 922 570,28	137 606,72	95,50%	839 851,79	2 220 325,21	27,44%	82,27%
11	Outras despesas de capital	20,00	0,00	20,00	0,00%	0,00	20,00	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	11 719 789,46	9 431 973,38	2 287 816,08	80,48%	2 230 109,93	9 489 679,53	19,03%	25,24%
	TOTAL DE DESPESAS	24 329 719,93	21 412 288,97	2 917 430,96	88,01%	8 938 720,23	15 390 999,70	36,74%	44,52%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Liquida	Saldo	Grau Exec. Dez 17	Grau Exec. Dez 16
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	1 425 030,00	1 259 555,57	-165 474,43	88,39%	106,15%
2	Impostos indirectos	16 280,00	16 100,19	-179,81	98,90%	21,90%
4	Taxas, multas e outras penalidades	186 778,66	97 421,87	-89 356,79	52,16%	132,70%
5	Rendimentos da propriedade	60,00	365,87	305,87	609,78%	0,11%
6	Transferências correntes	5 719 228,00	5 553 813,58	-165 414,42	97,11%	33,34%
7	Venda de bens e serviços correntes	1 298 938,00	1 309 687,95	10 749,95	100,83%	105,35%
8	Outras receitas correntes	61 102,00	25 050,00	-36 052,00	41,00%	138,60%
	RECEITAS CORRENTES	8 707 416,66	8 261 995,03	-445 421,63	94,88%	43,18%
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	3 271 868,00	721 190,63	-2 550 677,37	22,04%	70,10%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	11 592 680,92	0,00	-11 592 680,92	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	627 657,00	12 969,49	-614 687,51	2,07%	72158,40%
	RECEITAS DE CAPITAL	15 492 315,92	734 160,12	-14 758 155,80	4,74%	71,50%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	946,71	936,71	9467,10%	40420,90%
16	Saldo da gerência anterior	129 977,35	129 977,35	0,00	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	129 987,35	130 924,06	936,71	100,72%	102,29%
	TOTAL DE RECEITAS	24 329 719,93	9 127 079,21	-15 202 640,72	37,51%	45,09%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16
Receita total / Despesa total	102,11%	101,28%	42,63%	46,79%
Receita corrente / Despesa corrente	123,16%	115,94%	68,96%	66,43%
Receita capital / Despesa capital	32,92%	37,63%	7,78%	10,12%
Despesa Pessoal / Despesa Total	40,20%	39,29%	16,91%	18,39%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	26,67%	29,99%	26,70%	31,32%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	12,84%	10,90%	28,91%	30,70%
Serviço da Dívida / Despesa Total	9,40%	9,17%	13,65%	4,83%
Receitas próprias / Despesa Total	31,91%	32,71%	13,32%	15,11%
Transferências recebidas / Despesa Total	70,20%	68,57%	29,31%	31,68%
Juros e outros encargos / Despesa Total	1,49%	2,58%	8,77%	9,51%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/17	dez/16
Receitas próprias / Receita total	31,25%	32,30%
Transferências recebidas / Receita Total	68,75%	67,70%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa na ordem dos 53,20%, o que representa decréscimo de 2,87 p.p. em relação ao verificado em igual período do ano anterior (56,07%). De referir que, na ótica da despesa paga, as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 48% das dotações corrigidas ao nível da despesa corrente (em 2016 este indicador era de 51%), pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa desta natureza. Contudo, se considerarmos a ótica dos compromissos assumidos, os itens de despesa identificados representam 89% das dotações corrigidas para as despesas correntes (91% no final de 2016).

Nos termos do justificado no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal apresenta-se bastante próxima (cerca de 99% dos valores orçamentados e 0,86 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior).

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental de 38,33% manifesta-se 4,61 p.p. abaixo do verificado em igual período do exercício anterior. Verifica-se que as dotações corrigidas para os diversos itens desta rubrica são manifestamente superiores às despesas pagas o que contribui para que este indicador evidencie um grau de execução moderado, destacando-se os valores em dívida associados à aquisição de água para distribuição aos Municípios do concelho e valores em dívida pela aquisição de

trabalhos especializados, situações em que as dotações corrigidas são 1.759.473 € e 1.981.88 €, respetivamente, e os compromissos por pagar de 1.351.492.04 € e 1.305.215,47 €, respetivamente.

Importa referir que os valores em dívida resultantes da aquisição de Água (Águas de Lisboa e Vale do Tejo), não têm sido liquidados por se encontrarem pendentes de resolução com recurso à via judicial, uma vez que o Município tem entendido que os valores debitados são desproporcionados.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresenta um grau de execução orçamental que se pode considerar abaixo do expectável (6,91% contra 12,48% em 2016) essencialmente relacionado com a consideração dos juros associados ao FAM/Reequilíbrio financeiro, cujos programas não foram executados em 2017, afetando assim, a execução da despesa desta natureza.

No que se refere às "Transferências correntes", cuja execução orçamental foi de 82,03% (que compara com 76% em 2016), os itens mais significativos, correspondem à cobertura de prejuízos de 2016 da participada (EMCEL, sociedade, entretanto, liquidada e internalizados atividades no Município) no montante de 278.966,02 € (59% do total de despesa paga desta natureza) e transferências para Instituições sem fins lucrativos (109.993,48 € - 23% do total de despesa paga desta rubrica). Outros movimentos nesta rubrica correspondem a transferências para famílias e entidades da administração local.

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital e as transferências de capital apresentam graus de execução orçamental moderados de, respetivamente, 13,79% e 65,59% ficando a aquisição de bens de capital 1,67 p.p. abaixo do verificado em igual período do ano anterior e, as transferências de capital, 39,6 p.p. acima do verificado no período anterior.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada pelo não pagamento dos imóveis de habitação social (processo MRG – no valor de 1.303.431 €) e pelo não pagamento de despesa incorrida com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (viadutos, arruamentos e obras complementares), cujos compromissos foram assumidos em anos anteriores.

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pela maior aproximação do volume de pagamentos face às dotações corrigidas ao nível do apoio ao Associativismo e transferências para outros órgãos da Administração local (freguesias e Associações de Municípios). Relativamente aos passivos financeiros, o grau de execução orçamental verificado encontra-se relacionado com o facto de esta relação ser obtida entre o total das dotações corrigidas (empréstimos de médio e longo prazo) e os valores efetivamente pagos no exercício. Contudo, importa destacar que o grau de execução orçamental verificado foi de 27,44% que compara com 82,27% em 2016, situação associada, em 2016, ao pagamento de juros moratórios com a CGD.

Se excetuarmos a execução do orçamento relativo às despesas com pessoal, transferências correntes e subsídios, que apresentam graus de execução orçamental dentro de valores expectáveis para o período económico, todas as restantes rubricas, por força do já referido, apresentam graus de execução orçamental

modestos, contribuindo de forma decisiva para menor desempenho da execução global do orçamento da despesa que foi de 36,74% contra 44,52% em 2016.

De uma forma genérica, os graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com menor volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultante do acumulado dos compromissos assumidos. Para esta situação contribuiu decisivamente o facto de ainda não se terem concretizado os financiamentos a que o Município se candidatou através do programa "PAEL", "Reequilíbrio Financeiro" e "FAM" (Fundo de Apoio Municipal). Em 2018, fruto das contingências ocorridas em 2016 e 2017, é expectável a concretização de um programa de "Saneamento Financeiro", situação que poderá vir a fomentar a execução orçamental da despesa e a consolidação do passivo.

Considerando a prestação de contas que foi efetuada com referência a 23 de outubro de 2017 (data do último dia da Gerência do Executivo cessante), a execução do orçamento da despesa atingiu o índice de 29,63%, o que equivale a um volume de despesa paga de 7.508.202,55 €. Deste modo, considerando a execução global do orçamento da despesa, entre 24 de outubro e 31 de dezembro de 2017, foram pagas despesas no montante de 1.730.217,68 € (19,4% do total de despesa paga).

7. Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se que a receita corrente apresenta um grau de execução de 94,88% (que compara com 43,18% verificados no ano anterior). Para o efeito contribuiu largamente a melhor execução obtida ao nível das "Transferências correntes" (execução orçamental de 33,34% em 2016 e execução orçamental de 97,11% em 2017 e que resulta de transferências do Orçamento do Estado – em 2016 estavam previstas receitas do FAM, situação que não se verificou no valor de 11.542.899 €).

A venda de bens e serviços correntes apresenta um grau de execução orçamental que, tal como no ano de 2016, excede as previsões (100,83% que compara com 105,35% em igual período do exercício anterior) essencialmente justificado com a existência de valores cobrados superiores aos orçamentados nas rendas, transportes escolares e serviços desportivos.

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução de 4,74% (contra 71,50% em 2016), essencialmente justificado com a não consideração, no orçamento de 2016 e ao contrário do sucedido no orçamento de 2017, da obtenção de passivos financeiros (reestruturação da dívida do Município associado aos programas de Reequilíbrio Financeiro), e que foram considerados, em 2016, no orçamento da receita corrente (transferências correntes), isto é, procedeu-se à sua reclassificação económica, que foi considerada em receita corrente em 2016 e, em receita de capital em 2017. Importa ainda referir que as transferências de capital foram executadas em valores abaixo daqueles que seriam expectáveis para o ano (22,04% que compara com 70,10% em 2016), facto associado às transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (FEF), cuja execução foi de 100% e, obtenção de verbas

associadas aos projetos cofinanciados para fazer face a beneficiações de conta do município em bens do seu património, sendo que, sobre este item da receita foram previstos 2.729.567 € de receita e cobrados 178.939,63 €, o que revela um grau de execução orçamental de 6,6%.

De referir que, nos termos da alínea b) do ponto 3.3.1 do POCAL (regras previsionais), as importâncias relativas a transferências de capital só podem ser consideradas no orçamento *"desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente"*.

- 8.** A receita corrente soma 8.261.995 € (que compara com 8.406.689 € em 2016) e as despesas correntes 6.708.610 € (que compara com 7.250.697 € 2016), pelo que as despesas desta natureza se encontram com adequado grau de cobertura (123,16% contra 115,94% em 2016) se considerarmos a ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, verifica-se uma evolução do indicador (68,96% contra 66,43% em 2016).

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, e considerando a variação reduzida das receitas de capital face a 2016 (734.160 € de receita em 2017 contra 734 975 € em 2016), a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 32,92% em 2017 (contra 37,63% em 2016) na ótica da despesa paga e 7,78% (contra 10,12% em 2016) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais e as despesas totais sofreram um decréscimo de, respetivamente, 194.498 e 265.157 € face a 2016. Uma vez que, existe maior decréscimo da despesa total em relação à receita total, o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 102,11% em 2017 (contra 101,28% em 2016) na ótica da despesa paga e 42,63% em 2017 (contra 46,79% em 2016) na ótica da despesa comprometida.

- 9.** Tal como referido em relação à despesa, considerando a prestação de contas que foi efetuada com referência a 23 de outubro de 2017 (data do último dia da Gerência do Executivo cessante), a execução do orçamento da receita atingiu o índice de 30,33%, o que equivale a um volume de receita cobrada de 7.378.321,53 €. Deste modo, considerando a execução global do orçamento da receita, entre 24 de outubro e 31 de dezembro de 2017, foram arrecadadas receitas no montante de 1.748.757,68 € (19,2% do total de despesa paga).
- 10.** As receitas próprias somam o montante de 2.852.075 € (menos 158.404 € que o verificado em igual período do exercício anterior) dado, essencialmente, o efeito do decréscimo das receitas provenientes dos impostos diretos (1.391.658,89 € em 2016 e 1.259.555,57 € em 2017), situação que permite que a despesa

total seja coberta, na ótica da despesa paga, por receita própria na ordem dos 31,91% (quando em igual período do ano anterior este indicador era de cerca de 32,71%).

- 11.** A despesa comprometida em 2017 mostrou-se superior em 12.285.59,76 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 10.598.629,61 € no final de 2016, constituindo este um indicador da necessidade de dar sequência à implementação do Planos de Reequilíbrio Financeiro.

ANÁLISE ECONÓMICA

12. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2017	%	2016	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	992 604,40	10,28%	1 006 760,69	10,06%
72	Impostos e taxas	1 347 565,10	13,96%	1 475 815,18	14,75%
73	Proveitos Suplementares	324 650,34	3,36%	328 545,75	3,28%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 162 955,90	63,82%	6 059 847,18	60,58%
75	Trabalhos para a própria entidade	15 694,85	0,16%	25 920,80	0,26%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	473,01	0,00%	19 056,97	0,19%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	812 553,71	8,41%	1 087 364,64	10,87%
TOTAL DE PROVEITOS		9 656 497,31	100,00%	10 003 311,21	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2017	%	2016	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	370 156,88	4,27%	343 993,50	4,27%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 214 834,88	25,54%	1 981 606,89	24,61%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	244 158,12	2,82%	148 374,85	1,84%
64	Custos com o pessoal	3 573 394,43	41,21%	3 590 034,60	44,59%
65	Outros custos e perdas operacionais	81 199,10	0,94%	115 687,70	1,44%
66	Amortizações do exercício	1 351 345,32	15,58%	1 314 596,13	16,33%
67	Provisões do exercício	5 477,52	0,06%	1 910,17	0,02%
68	Custos e perdas financeiros	358 748,41	4,14%	489 106,88	6,08%
69	Custos e perdas extraordinários	472 698,41	5,45%	65 630,16	0,82%
TOTAL DE CUSTOS		8 672 013,07	100,00%	8 050 940,88	100,00%

13. A estrutura de proveitos sofreu um decréscimo face a igual período do ano anterior (menos 346.813,90 € ou 3,47%), situação que se encontra associada a decréscimos em todas as rubricas, com exceção da conta “74 – Transferências e subsídios obtidos”

No que se refere às “Transferências e subsídios obtidos”, o acréscimo verificado é de 103.108,72 € (mais 1,70%), situação que se explica pelo acréscimo das transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo de Equilíbrio Municipal).

Tendo como referência as “Vendas e prestações de serviços” o decréscimo de 14.156 € (menos 1,41%) face ao verificado em 2016, é resultante do decréscimo de receitas provenientes da assunção de atividades da EMCEL (designadamente solar do queijo e lagar Municipal), uma vez que as restantes rubricas da conta sofrem ligeiros acréscimos.

Quanto à rubrica de “Impostos e Taxas”, o decréscimo de 128.250,08 € (menos 8,69%) em relação ao verificado em 2016 é justificado com redução do Impostos Municipal sobre Imóveis (menos 131.106 €), ligeiramente compensado pelo “IMT”, “IUC” e Derrama (acrécimo de 5.554 €, 275 € e 2.596 €, respetivamente). Além do referido, importa salientar o decréscimo da receita com impostos indiretos (menos 6.270 €).

No que se refere à rubrica de “Proveitos Suplementares”, regista-se a receita proveniente da renda da concessão da “EDP”, sendo a variação inexpressiva (menos 1,19% ou 3.895 €).

Relativamente aos “Trabalhos para a própria entidade” encontram-se refletidas as situações relacionadas com o aumento da vida útil ou construção de bens do património através de recursos humanos e equipamentos do Município, assentando a sua valorização na mão de obra, maquinaria e materiais aplicados.

A rubrica de “Proveitos e ganhos financeiros” corresponde a juros obtidos por saldos em contas à ordem e por atrasos, por parte de devedores, nos respetivos pagamentos.

Tendo como referência os “Proveitos e ganhos extraordinários” o decréscimo apresentado está essencialmente relacionado com a redução de provisões registada (registados 380.147 € em 2016 e 60.000 € em 2017), associadas a processos de contencioso contra o Município, valor ao qual contrapõe outros proveitos relacionados com a partilha da EMCEL (142.869 €).

- 14.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 621.072,19 € (7,71%) em relação ao verificado em dezembro de 2016. Das variações existentes importa destacar os decréscimos ao nível das “Custos com o pessoal” (menos 16.640,17 € - 0,46%), “Custos e perdas operacionais (menos 34.488,60 € - 29,81%) e “Custos e perdas financeiros” (menos 130.358,47 € - 26,65%) sendo que todas as restantes rubricas apresentaram acréscimo quando comparadas com igual período do ano anterior.

Com referência a “Custos e perdas extraordinários”, o acréscimo identificado é de 407.068 € e está essencialmente relacionado com regularizações relativas a restituições e correções a custos de anos anteriores pelo montante de 249.610 € (mais 199.073 € que o verificado no ano anterior) e transferências

a favor de instituições sem fins lucrativos (no valor de 145.551 € - apoio ao associativismo) que reportam ao ano de 2016 (sendo, por isso, registadas em custos de exercícios anteriores). Além das situações referidas, registam-se custos associados à internalização da EMCEL pelo montante de 74.698.

No que se refere às "Amortizações do Exercício", o acréscimo de valor está relacionado com a entrada em funcionamento de bens de investimento, designadamente os que transitaram da internalização da empresa EMCEL.

Ao nível dos "Custos e perdas financeiros", face ao verificado em dezembro de 2017, assistimos a um decréscimo de 130.358 €, sendo que, mantendo-se os critérios de registo dos juros constantes com os verificados em períodos passados (adequada aplicação do princípio da especialização dos exercícios), esta situação justifica-se com a diminuição dos valores em dívida às Instituições Financeiras e com a redução, em 2017, de juros moratórios, situação que ocorreu em 2016, pelo montante de 251.000 € no âmbito da dívida em atraso ao banco "Caixa Geral de Depósitos" e cessão da créditos do fornecedor "MRG – Manuel Rodrigues Gouveia".

Atentando na rubrica de "Provisões do exercício", esta apresenta variação pouco significativa face a dezembro de 2016 (mais 3.657,35 €), estando as mesmas relacionadas com situações de cobranças duvidosas de valores a receber de água e saneamento básico, sendo que os valores apurados resultam das regras estipuladas pelo POCAL.

Analisando a rubrica de "Outros custos e perdas operacionais", identifica-se um decréscimo de 34.489 €, situação essencialmente relacionada com a relevação de custos, em 2016, relacionados com a EMCEL e já não existentes em 2017. Esta rubrica regista impostos e taxas suportados e quotizações a favor de associações de índole Municipal.

Ao nível da rubrica de "Transferências e subsídios correntes", verifica-se um acréscimo de 95.783,27 € (mais 64,6%) que se justifica, especialmente, com o acréscimo de 77.430 € de transferências para entidades sem fins lucrativos.

O acréscimo identificado no "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" (mais 26.163 € - 7,61%) está associado ao acréscimo identificado da venda de água.

No que se refere aos "Custos com o pessoal", estes representam 41,2% da estrutura de custos, sendo o item de maior relevância nos custos do Município. A variação apresentada é diminuta face ao verificado em 2016 (menos 16.640 €) e estará relacionada com algumas rescisões contratuais e licenças sem vencimento.

No que se refere às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, comparativamente com dezembro de 2016, a evolução consta do seguinte:

Conta	Designação	Saldo em 31 de Dezembro de		Variação	
		2017	2016	Absoluta	%
62211	Electricidade	186 893,01 €	180 098,82 €	6 794,19 €	3,77%
62212	Combustíveis	136 827,98 €	113 768,01 €	23 059,97 €	20,27%
62214	Outros fluidos	9 274,06 €	15 917,20 €	- 6 643,14 €	-41,74%
62215	Ferramentas e Utensílios de	15 334,69 €	17 743,25 €	- 2 408,56 €	-13,57%
62216	Livros e documentação técnica	1 972,31 €	3 002,57 €	- 1 030,26 €	-34,31%
62217	Material de escritório	14 339,93 €	10 762,15 €	3 577,78 €	33,24%
62218	Artigos para oferta	440,75 €	2 372,13 €	- 1 931,38 €	-81,42%
62219	Rendas e alugueres	138 382,22 €	135 147,45 €	3 234,77 €	2,39%
62221	Despesas de representação	18 185,86 €	28 172,88 €	- 9 987,02 €	-35,45%
62222	Comunicação	50 052,64 €	47 429,60 €	2 623,04 €	5,53%
62223	Seguros	51 212,26 €	50 377,97 €	834,29 €	1,66%
62225	Transportes de mercadorias	123,00 €	- €	123,00 €	0,00%
62227	Deslocações e estadas	- €	262,50 €	- 262,50 €	-100,00%
62229	Honorários	62 515,47 €	53 632,09 €	8 883,38 €	16,56%
62231	Contencioso e notariado	120,00 €	11 013,56 €	- 10 893,56 €	-98,91%
62232	Conservação e reparação	143 548,51 €	79 627,70 €	63 920,81 €	80,27%
62233	Publicidade e propaganda	7 300,77 €	7 473,16 €	- 172,39 €	-2,31%
62234	Limpeza, higiene e conforto	12 572,81 €	11 302,33 €	1 270,48 €	11,24%
62236	Trabalhos especializados	655 614,55 €	502 353,17 €	153 261,38 €	30,51%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	134 835,65 €	115 220,22 €	19 615,43 €	17,02%
62238	Transportes escolares	101 490,98 €	60 305,61 €	41 185,37 €	68,29%
62239	Saneamento	80 779,87 €	116 673,93 €	- 35 894,06 €	-30,76%
62290	Encargos de cobrança	32 511,78 €	37 550,52 €	- 5 038,74 €	-13,42%
62298	Outros FSE's	360 505,78 €	381 400,07 €	- 20 894,29 €	-5,48%
Totais		2 214 834,88 €	1 981 606,89 €	233 227,99 €	11,77%

Das variações mais significativas constantes do quadro acima, importa referir o seguinte:

- Eletricidade: o acréscimo identificado está relacionado com dificuldades de faturação pela "Galp Power", em 2016, situação entretanto regularizada;
- Rendas e alugueres: registo em 2017 do protocolo de cedência de espaço pela COCEBA;
- Honorários: essencialmente serviços jurídicos externos e de outros profissionais liberais em eventos do Município;
- Conservação e reparação: os valores mais significativos, além de reparações de bens do Município, destaca-se a conservação do Tribunal Judicial;
- Trabalhos Especializados: acréscimo de custos com serviços informáticos e comparticipação do Município nas candidaturas da associação Aldeias Históricas de Portugal;
- Tratamento de resíduos sólidos: relacionado com o acréscimo e custos dos serviços, situação a ajustar nas tarifas;
- Encargos de cobrança: relacionado com os valores cobrados pela Administração Tributária na cobrança dos impostos Municipais.

- 15.** Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, o decréscimo de proveitos conjugado com o acréscimo de custos do período, justificam a apresentação de um resultado líquido positivo de 984.484,24 €, facto que constitui, em relação a igual período do ano anterior, um decréscimo ao nível do desempenho económico e financeiro do Município uma vez que no período homólogo comparativo, o resultado líquido atingido foi de 1.952.370,33 €.

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/17	%	dez/16	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	223 120,35	45,83%	189 059,89	45,38%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	3 980,36	0,82%	3 583,21	0,86%
24	Estado e outros entes públicos	7 509,89	1,54%	5 294,40	1,27%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	252 275,98	51,81%	218 704,07	52,49%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	486 886,58	100,00%	416 641,57	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	486 886,58	100,00%	416 641,57	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/17	%	dez/16	%
2311	Empréstimos de curto prazo	1 761 140,78	9,81%	1 309 693,85	7,01%
221	Fornecedores c/c	4 052 545,21	22,58%	3 796 065,21	20,32%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	140 906,35	0,79%	45 217,49	0,24%
217	Clientes e utentes c/cauções	27 762,18	0,15%	27 802,41	0,15%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 484 646,01	24,99%	4 678 236,19	25,04%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	601 708,43	3,35%	671 982,70	3,60%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	2 503 506,00	13,95%	2 481 229,10	13,28%
	Total Curto Prazo	13 572 214,96	75,61%	13 010 226,95	69,63%
2312	Dívidas a instituições de crédito	4 183 155,77	23,31%	4 603 859,81	24,64%
2689	Outros credores	193 798,52	1,08%	1 069 465,22	5,72%
	Total Médio Longo Prazo	4 376 954,29	24,39%	5 673 325,03	30,37%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	17 949 169,25	100,00%	18 683 551,98	100,00%

17. As dívidas a receber apresentam um acréscimo, face ao igual período do ano anterior de 70.245 € (mais 17%) quando comparados com o termo do exercício anterior. A variação identificada está relacionada com o acréscimo dos saldos de "Clientes, contribuintes e utentes" (mais 34.060 €) e "Outros devedores" (mais

33.572 €), sendo que as restantes rubricas apresentam variações reduzidas, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

A transição de saldos de "Clientes, contribuintes e utentes" provenientes da empresa EMCEL justifica o acréscimo de 15.458,25 €. O valor remanescente está relacionado com o fornecimento de água e saneamento e transportes.

18. No que se refere às dívidas a pagar, comparativamente com dezembro de 2016, destaca-se o decréscimo do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo) em 734.383 €. As situações de dívida relacionadas com fornecedores (de bens correntes e de imobilizado) sofreu, no seu conjunto, um acréscimo de 158.578,68 €. No que se refere ao endividamento bancário (considerando o passivo exigível de curto e de médio e longo prazo), em resultado da internalização da EMCEL e da assunção da sua dívida bancária, este sofreu um acréscimo de 30.742,89 €. As dívidas a "Outros credores" registam um decréscimo significativo de 875.667 € (menos 82%), dos quais 872.861,28 € correspondem ao financiamento proveniente da EMCEL e transferido para uma conta de "Empréstimos obtidos". Face ao referido, excluindo o efeito do empréstimo bancário da EMCEL, o Município procedeu à redução da sua dívida bancária em 842.118,39 €.

A diminuição da dívida ao "Estado e outros entes públicos" encontra-se relacionada com o cumprimento do plano de pagamento com a ADSE.

19. No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

a) A informação remetida à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 31 de dezembro de 2017, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 5.310.043 € (que compara com 6.397.807 € em dezembro de 2016). Contudo, importa salientar que o Município procedeu à redução do excesso de endividamento em 17%, indo de encontro a práticas já ocorridas em períodos anteriores. Importa referir que, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro), as entidades incluídas no subsetor da administração local, reduzem no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016.

b) O excesso de endividamento e a existência de créditos de terceiros já largamente vencidos em resultado do acumulado de situações de vários anos anteriores, justificam que o prazo médio de

pagamentos seja de 1079 dias (em 31 de dezembro de 2016) e de 455 dias com reporte a 31 de dezembro de 2017.

c) Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:

- i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de "Fundos Disponíveis" obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais). Deste modo, com reporte a 31 de dezembro de 2017, os fundos disponíveis ascendiam a 541.019,55 €;
- ii) Importa considerar que o montante de compromissos assumidos de dívida acumulada encontra-se, em termos de orçamento e mapa de fundos disponíveis, compensado por receitas previstas resultantes do recurso ao mecanismo do saneamento financeiro (pelo montante de 11.592.670,82 €), o que a não suceder, implicaria a existência de fundos disponíveis negativos. Importa referir, que só utilizando este mecanismo é possível apresentar equilíbrio orçamental, tal como definido pelo artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- iii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

d) Os constrangimentos financeiros existentes no Município, associados ao comprometimento da dívida e previsão de receita com recurso a programas de financiamento, sendo situações não concretizadas implicam baixos graus de execução orçamental quer ao nível da receita e da despesa, pese embora, nos termos do artigo 56.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), haja lugar aos alertas por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

e) Adicionalmente, a situação de dívidas acumuladas pelo Município, tal como demonstra a ficha do Município reportada ao segundo semestre de 2017 obtida da DGAL, permite aferir pelo não

cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, razão pela qual o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.

Viseu, 13 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575

Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102